

PUBLICAÇÃO LEGAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - SUPREMO CIMENTOS S.A.

Publicado no Jornal de Pomerode em 22/05/2025 07:40:17.

Endereço permanente para consulta:

<https://www.jornaldepomerode.com.br/publicacao-legal/demonstracoes-financeiras-em-31-de-dezembro-de-2024-e-2023-supremo-cimentos-s-a/>



SHA-256 do arquivo recebido:

66f6dc4ba1447df4dd682564e18f590623298e4c68ff163cb4e69905edee4b05

As páginas seguintes reproduzem o documento recebido. Esta folha identifica o veículo e o endereço eletrônico da publicação.



SECIL CIMENTOS
Supremo Cimentos S/A
CNPJ 05.798.883/0001-40
Pomerode – SC

Supremo Cimentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	280.144	18.499	567.616	72.010
Contas a receber de clientes	8	4.387	11.749	41.125	43.490
Estoque	9	12.289	12.379	64.152	99.430
Impostos a recuperar	10	2.809	3.550	12.752	19.899
Partes relacionadas	22	5.682	28.160	41	1.305
Instrumentos Financeiros	25	34.993	-	72.976	-
Outros créditos a receber		675	813	6.611	8.157
		<u>340.979</u>	<u>75.150</u>	<u>765.273</u>	<u>244.291</u>
Não circulante					
Impostos a recuperar	10	2.878	2.426	44.228	36.833
Impostos diferidos	21	15.194	11.058	-	-
Outros créditos a receber		1.116	508	5.978	5.369
Investimentos	11	590.072	560.549	-	-
Imobilizado	12	33.349	34.999	1.053.213	1.025.764
Direitos de uso dos ativos	13	5.117	3.765	11.651	10.025
Intangível		41	95	3.632	4.360
		<u>647.767</u>	<u>613.400</u>	<u>1.118.702</u>	<u>1.082.351</u>
Total do ativo		<u>988.746</u>	<u>688.550</u>	<u>1.883.975</u>	<u>1.326.642</u>
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	14	18.100	63.950	56.441	96.756
Empréstimos e financiamentos	15	292.276	70.376	539.061	210.462
Passivos de arrendamento	13	2.685	2.441	6.218	8.282
Instrumentos financeiros derivativos	25	5.459	27.197	5.459	38.618
Salários e encargos sociais		8.925	9.149	18.052	14.722
Impostos a recolher	16	3.535	3.296	33.497	42.000
Adiantamentos de clientes		459	598	2.088	1.013
Outras contas a pagar		6.075	3.255	6.133	7.732
		<u>337.514</u>	<u>180.262</u>	<u>666.949</u>	<u>419.585</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	247.692	104.713	605.831	296.495
Passivos de arrendamento	13	3.088	2.017	7.067	3.249
Impostos a recolher	16	3.082	2.948	172.769	184.517
Impostos diferidos	21	-	-	17.564	9.035
Provisão para litígios	23	2.392	1.596	18.763	16.697
Outras contas a pagar		-	-	54	50
		<u>256.254</u>	<u>111.274</u>	<u>822.048</u>	<u>510.043</u>
Total do passivo		<u>593.768</u>	<u>291.536</u>	<u>1.488.997</u>	<u>929.628</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	17	319.405	319.405	319.405	319.405
Reservas de capital		205	205	205	205
Ajuste de avaliação patrimonial		101.781	109.330	101.781	109.330
Prejuízos acumulados		(26.413)	(31.926)	(26.413)	(31.926)
Total do patrimônio líquido		<u>394.978</u>	<u>397.014</u>	<u>394.978</u>	<u>397.014</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>988.746</u>	<u>688.550</u>	<u>1.883.975</u>	<u>1.326.642</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Supremo Cimentos S.A.

Demonstrações do resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas de vendas e serviços	18	149.584	218.566	694.033	668.721
Custo das vendas e dos serviços prestados	19	(117.520)	(205.796)	(460.991)	(500.182)
Lucro bruto		32.064	12.770	233.042	168.539
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	19	(8.653)	(8.672)	(29.844)	(25.397)
Comerciais	19	(23.692)	(23.388)	(97.178)	(88.230)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	19	(6)	(33)	(596)	(312)
Outras receitas e despesas líquidas	19	1.354	7.015	1.267	6.862
Resultado de equivalência patrimonial	11	29.523	17.119	-	-
Lucro antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		30.590	4.811	106.691	61.462
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	20	(80.086)	(58.444)	(188.992)	(125.064)
Receitas financeiras	20	52.758	23.568	100.808	42.427
Despesas financeiras, líquidas		(27.328)	(34.876)	(88.184)	(82.637)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.262	(30.065)	18.507	(21.175)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	21	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21	930	7.483	(14.315)	(1.407)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		4.192	(22.582)	4.192	(22.582)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Supremo Cimentos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) exercício		4.192	(22.582)	4.192	(22.582)
Hedge de fluxo de caixa	25	(6.226)	-	(6.226)	-
Resultado abrangente do exercício		(2.034)	(22.582)	(2.034)	(22.582)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Supremo Cimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Hedge de fluxo de caixa	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	<u>319.405</u>	<u>205</u>	<u>110.587</u>	<u>-</u>	<u>(10.601)</u>	<u>419.596</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(22.582)	(22.582)
Realização custo atribuído	17.b <u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.257)</u>	<u>-</u>	<u>1.257</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>319.405</u>	<u>205</u>	<u>109.330</u>	<u>-</u>	<u>(31.926)</u>	<u>397.014</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.192	4.192
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(6.226)	-	(6.226)
Realização custo atribuído	17.b <u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.321)</u>	<u>-</u>	<u>1.321</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2024	<u>319.405</u>	<u>205</u>	<u>108.009</u>	<u>(6.226)</u>	<u>(26.413)</u>	<u>394.980</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Supremo Cimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	3.263	(30.065)	18.507	(5.197)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa				
Depreciação e exaustão	12	2.929	6.415	65.788
Depreciação dos ativos de direito de uso	13	3.752	3.658	9.920
Amortização de ativos intangíveis		52	790	1.377
Ganho líquido na venda de imobilizado	12	3.211	8.334	6.764
Impairment Imobilizado	12	-	15.978	-
Provisão para contingências	23	1.079	495	2.349
Juros incorridos	15	15.003	15.127	42.340
Variação dos contratos de instrumentos financeiros derivativos	21 e 15	(47.233)	39.597	(79.559)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	15	60.422	(15.950)	116.655
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8	(6)	33	596
Provisão para perdas de estoques	9	163	(79)	161
Equivalência patrimonial	11	(29.523)	(17.119)	-
		13.112	27.214	187.898
				166.464
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber		7.368	(81)	1.769
Estoques		(73)	(2.253)	25.492
Impostos a recuperar		741	1.180	(248)
Outros créditos a receber		21.870	10.275	655
Fornecedores		(45.850)	29.915	(40.315)
Salários e encargos sociais		(224)	812	4.801
Impostos a recolher		373	(1.109)	(20.251)
Adiantamentos a clientes		(139)	200	1.075
Outras contas a pagar		5.254	223	(1.595)
		(10.680)	39.162	(28.617)
				(12.490)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais				
Pagamento de provisões para litígios	23	(283)	(343)	(283)
Juros pagos	15	(6.343)	(17.499)	(37.021)
		(17.306)	21.320	(65.921)
				(52.661)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais				
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	12	(5.982)	(7.734)	(90.456)
Recebimento de dividendos	11	-	41.431	-
Aquisição de intangível		(5.104)	-	(11.546)
		(11.086)	33.697	(102.002)
				(74.278)
Caixa líquido aplicado nas pelas atividades de investimento				
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos tomados	15	373.335	-	747.435
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	25	(20.187)	(46.244)	(29.661)
Pagamentos de arrendamento mercantil	13	(1.910)	(4.600)	(10.669)
Pagamentos de empréstimos	15	(74.313)	(153.575)	(231.474)
		276.925	(204.419)	475.631
				(163.326)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento				
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa				
		261.645	(122.188)	495.606
				(123.801)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	18.499	140.687	72.010
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	280.144	18.499	567.616
		261.645	(122.188)	495.606
				(123.801)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

Com início de suas atividades em 27 de setembro de 2003 a Supremo Cimentos S.A. (a "Companhia", "Controladora" ou "Supremo") e sua controlada (conjuntamente, "o Grupo") têm como atividades preponderantes a fabricação e importação de cimentos e seus derivados, bem como a comercialização e preparação de massa de concreto e argamassa para construção e extração, beneficiamento e venda de calcário.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede em Pomerode, Estado de Santa Catarina, cuja controlada integral, Margem Companhia de Mineração ("Margem"), detém o direito de exploração de uma mina de calcário e em abril de 2015, com a conclusão da obra, entrou em operação uma fábrica de cimento em Adrianópolis - PR e dessa forma sua atividade preponderante, é a extração, beneficiamento e venda de calcário e a fabricação e venda de cimento e seus derivados.

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo Consolidado apresentou uma melhora significativa em sua posição de capital circulante, registrando um excesso de ativos circulantes sobre passivos circulantes de R\$ 98.324. Esse resultado representa uma reversão em relação a 31 de dezembro de 2023, quando havia um excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R\$ 175.294.

Na Controladora, o avanço foi ainda mais expressivo, o ano de 2024 encerrou com um excesso de ativos circulantes sobre passivos circulantes de R\$ 3.465 onde em relação ao ano anterior que fechou com um excesso de passivos circulantes de R\$ 105.112.

Em 2024, a gestão manteve-se focada na redução da pressão de vencimentos de curto prazo, no fortalecimento da posição financeira e na otimização do perfil de liquidez, sendo umas das principais estratégia adotada foi o alongamento do perfil da dívida. A captação de uma debenture na sua Controlada é um marco importante e estratégico que demonstra o crescimento que a Controlada tem obtido ao longo dos anos, e sua melhora de resultado operacional após os investimentos ocorridos no ano de 2024. Além disso, a maior geração de caixa operacional ao longo do exercício contribuiu positivamente para a melhora na liquidez de curto prazo do Grupo Consolidado. Adicionalmente, destaca-se que o ativo circulante da Companhia apresenta um prazo médio de recebimento entre 30 e 45 dias, enquanto o passivo circulante reflete as obrigações financeiras de curto prazo, incluindo vencimentos de financiamentos dentro do período de 12 meses. A melhora no capital circulante líquido demonstra um equilíbrio financeiro mais favorável, garantindo maior previsibilidade e flexibilidade para a execução da estratégia da companhia em 2025.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 29 de abril de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar tais demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos na aplicação de políticas contábeis, bem como sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 8 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Nota explicativa 9 - mensuração das perdas por redução ao valor recuperável de estoques;

Nota explicativa 12 - vidas úteis, valor residual do ativo imobilizado e *impairment*;

Nota explicativa 13 – prazos de arrendamento: se a Companhia possui razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Nota explicativa 21 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Nota explicativa 23 - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos; e

Nota explicativa 25 - mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

5 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a. Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da Margem Companhia de Mineração, controlada integral direta da Companhia.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligada.

Coligada é aquela entidade na qual a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controlada também são contabilizados com o uso desse método.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

6.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de calcário e cimento no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são totalmente classificadas no ativo circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*).

6.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornarem partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliarem se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia e sua controlada realizarem transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) **Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia possui contratos indexados em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumentos financeiros para proteção cambial, mensurados ao valor justo.

(vi) **Hedge de fluxo de caixa**

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa exclusivamente as variações no valor justo do componente à vista ("spot") dos contratos de swap cambial como instrumento de hedge em suas relações de hedge de fluxo de caixa. As variações no componente a termo desses swaps — que correspondem aos diferenciais de taxa de juros entre as moedas — são contabilizadas separadamente como custo do hedge, sendo reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes (ORA) e acumuladas em um componente específico do patrimônio líquido.

Os montantes acumulados na Reserva de Hedge e no componente de Custo do Hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período, ou nos períodos, em que os fluxos de caixa futuros cobertos impactarem o resultado, assegurando o alinhamento contábil entre o instrumento de hedge e o item protegido.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

6.4 **Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matéria-prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

6.5 **Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não

recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído dos terrenos, veículos e jazidas minerais na data de transição para os CPC/IFRS. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

O Grupo inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina. Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil-econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação da jazida é feita em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério, que é estimada em 44 anos. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis-econômicas que é estimada, para os dois exercícios apresentados, como segue:

Edificações	40 anos
Jazidas minerais	44 anos
Outros	1-10 anos
Máquinas e equipamentos	18 - 30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

6.6 Intangível

Compreende custos incorridos para adquirir, preparar e desenvolver os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

6.7 Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

(ii) Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

O Grupo mensura a imparidade para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As imparidades para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

6.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo integralmente classificados como passivo circulante pois o pagamento é devido no período de até um ano.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso

do método de taxa de juros efetiva.

6.9 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço patrimonial.

6.10 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

6.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

a. Venda de produtos

O reconhecimento da receita baseia-se na venda de calcário, clínquer, cimentos e concretos produzidos pelo grupo. Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido aos clientes, o que normalmente acontece quando os produtos são disponibilizados ao transportador e/ou entregues ao cliente, conforme for o caso.

b. Prestação de serviços

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando na prestação de serviço ao cliente.

c. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no regime de competência e pelo método da taxa de juros efetiva.

6.12 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

6.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

— diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

— diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controlada, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

— diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.14 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

6.15 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

• As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas

e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e depósitos bancários em conta corrente	255	1.190	920	1.354
Aplicações financeiras	279.889	17.309	566.696	70.656
	<u>280.144</u>	<u>18.499</u>	<u>567.616</u>	<u>72.010</u>

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados a variação de 80% a 101,5% em 31 de dezembro de 2024 (80% a 101,5% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate antecipado.

8 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes	5.636	12.991	45.019	46.788
Provisão para perda estimada de crédito	(1.249)	(1.242)	(3.894)	(3.298)
	<u>4.387</u>	<u>11.749</u>	<u>41.125</u>	<u>43.490</u>

O Grupo possui dois contratos de financiamento, com garantias vinculadas a duplicatas a receber, cujo montante das garantias em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 15.000 (R\$ 15.000 em 31 de dezembro de 2023).

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	4.274	10.737	41.012	42.478
Vencidos até 90 dias	113	1.013	1.229	1.822
Vencidos até 180 dias	24	17	70	158
Vencidos acima de 180	1.225	1.224	2.708	2.330
Provisão para perda estimada de crédito	(1.249)	(1.242)	(3.894)	(3.298)
	<u>4.387</u>	<u>11.749</u>	<u>41.125</u>	<u>43.490</u>

A imparidade para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A imparidade é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.242)	(3.298)
Constituições	(84)	(794)
Reversões	77	198
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(1.249)</u>	<u>(3.894)</u>
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.208)	(2.984)
Constituições	(91)	(580)
Reversões	57	266
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(1.242)</u>	<u>(3.298)</u>

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Matéria-prima e outros materiais	9.569	11.267	57.443	94.525
Produtos acabados	3.627	1.856	12.424	9.075
Imparidades	(907)	(744)	(5.715)	(4.170)
	<u>12.289</u>	<u>12.379</u>	<u>64.152</u>	<u>99.430</u>

A redução no saldo de matérias-primas no consolidado, na posição de 31 de dezembro de 2024, está relacionada ao menor volume de coque em estoque nessa data. A Companhia adquire coque por meio de importações marítimas realizadas, em média, de duas a três vezes ao ano, sendo que cada carregamento possui um ciclo de consumo estimado entre quatro e seis meses. Em dezembro de 2023, o saldo estava elevado em razão da recente chegada de um navio em novembro daquele ano. Já em dezembro de 2024, o nível de estoque era reduzido, uma vez que o próximo carregamento estava previsto para desembarque apenas em janeiro de 2025.

A Administração avalia de forma constante os estoques do Grupo quanto a eventuais perdas por obsolescência, desvalorização, bem como quaisquer outras circunstâncias e condições que possam ocasionar perdas nos valores contábeis registrados. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, como resultado destas avaliações, a Administração identificou a necessidade de registro de imparidade para perdas nos estoques do Grupo.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.242)	(3.298)
Constituições	(84)	(794)
Reversões	77	198
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.249)	(3.894)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.208)	(2.984)
Constituições	(91)	(580)
Reversões	57	266
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.242)	(3.298)

10 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	875	546	2.904	2.608
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) (*)	955	976	14.222	9.959
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	-	-	2.223
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	-	487
Imposto de renda e contribuição social	1.550	2.412	2.757	3.853
Crédito PIS e Cofins Ativo Permanente (*)	2.307	2.042	37.097	35.554
Outros	-	-	-	2.048
	<u>5.687</u>	<u>5.976</u>	<u>56.980</u>	<u>56.732</u>
Ativo circulante	<u>2.809</u>	<u>3.550</u>	<u>12.752</u>	<u>19.899</u>
Ativo não circulante	<u>2.878</u>	<u>2.426</u>	<u>44.228</u>	<u>36.833</u>

(*) A controlada Margem Cia de Mineração é beneficiária do Regime Especial nº 4.676/12 "Programa Paraná Competitivo", concedido pelo Governo do Estado do Paraná, que tem os seguintes benefícios: a) parcelamento do ICMS incremental; b) diferimento do pagamento do ICMS da energia elétrica e do gás natural; c) parcelamento, até o vencimento, do ICMS declarado, no caso de recuperação judicial e d) concessão de crédito presumido em razão da realização de obra de infraestrutura em território paranaense. Em função das aquisições de imobilizado para a construção da fábrica a Margem está acumulando crédito de PIS/Cofins e ICMS sobre essas aquisições cuja compensação em 1/48 teve início em abril/2015. Os benefícios do programa se encerraram durante o ano de 2024. Agora a Margem está recolhendo 100% do ICMS apurado e pagando os valores diferidos corrigidos.

11 Investimentos

	Controladora	
	2024	2023
Margem Companhia de Mineração	590.072	560.549
	<u>590.072</u>	<u>560.549</u>

a. As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir

	Participação no capital social - %		Patrimônio líquido		Lucro do exercício	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Empresa controlada						
Margem Companhia de Mineração	100	100	590.072	560.549	29.523	17.120

b. A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada

Margem

Em 31 de dezembro de 2022	584.861
Recebimento de dividendos (*)	(41.432)
Participação nos resultados de controlada	17.120
Em 31 de dezembro de 2023	560.549
Participação nos resultados de controlada	29.523
Em 31 de dezembro de 2024	590.072

(*) Em 01 de agosto de 2023 a Companhia deliberou, através de Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos o montante de R\$ 41.432, os quais foram pagos em agosto de 2023.

12 Imobilizado

Controladora								
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de transporte	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Custo								
Em 1 de janeiro de 2023	9.998	26.660	54.931	22.919	151	4.411	3.980	123.050
Adições	-	-	(38)	3.925	-	521	2.942	7.350
Baixas	-	(1.064)	(2.218)	(19.004)	(111)	(402)	(760)	(23.559)
Transferência	-	105	2.305	595	-	4	(3.009)	-
Impairment (b)	-	(6.731)	(9.247)	-	-	-	-	(15.978)
AVP PRODEC(a)	-	(38)	(90)	-	-	-	-	(128)
Em 31 de dezembro de 2023	9.998	18.932	45.643	8.435	40	4.534	3.153	90.735
Adições	-	-	28	-	-	475	5.479	5.982
Baixas	-	(2.014)	(3.165)	(7.699)	-	(420)	-	(13.298)
Transferências	-	156	1.408	96	-	25	(1.685)	-
AVP PRODEC (a)	-	(260)	(607)	-	-	-	-	(867)
Em 31 de dezembro de 2024	9.998	16.814	43.307	832	40	4.614	6.947	82.552
Depreciação e exaustão acumulados								
Em 1 de janeiro de 2023	-	(9.531)	(37.354)	(15.128)	(150)	(3.354)	-	(65.517)
Depreciação e exaustão	-	(615)	(3.437)	(1.956)	-	(407)	-	(6.415)
Baixa de depreciação por alienação	-	820	1.785	12.656	111	312	-	15.684
AVP PRODEC(a)	-	154	358	-	-	-	-	512
Em 31 de dezembro de 2023	-	(9.172)	(38.648)	(4.428)	(39)	(3.449)	-	(55.736)
Depreciação e exaustão	-	(345)	(1.954)	(234)	-	(396)	-	(2.929)
Baixa de depreciação por alienação	-	1.875	2.719	4.037	-	290	-	8.921
AVP PRODEC (a)	-	162	379	-	-	-	-	541
Em 31 de dezembro de 2024	-	(7.480)	(37.504)	(625)	(39)	(3.555)	-	(49.203)
Valor contábil								
Em 1º de janeiro de 2023	9.998	17.129	17.577	7.791	1	1.057	3.980	57.533
Em 31 de dezembro de 2023	9.998	9.760	6.995	4.007	1	1.085	3.153	34.999
Em 31 de dezembro de 2024	9.998	9.334	5.803	207	1	1.059	6.947	33.349

Consolidado								
	Terrenos	Jazidas minerais	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de transporte	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento
Custo								Total
Em 01 de janeiro de 2023	46.068	199.944	387.316	735.769	42.177	293	15.686	30.085
Adições	-	-	107	4.402	8.124	222	2.694	46.349
Baixas	-	-	(942)	(2.941)	(24)	(111)	(163)	(1.854)
Transferência	-	-	912	7.355	595	-	77	(8.939)
Impairment (b)	-	-	(6.731)	(9.247)	-	-	-	-
AVP PRODEC(a)	-	-	(38)	(90)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	46.068	199.944	380.624	735.248	50.872	404	18.294	65.641
Adições	170	-	1.394	3.665	27.038	-	833	67.550

Supremo Cimentos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023

Baixas	-	-	-	-	(5.271)	-	(194)	-	(5.465)
Transferência	-	-	15.751	71.784	1.369	-	(633)	(88.271)	-
AVP PRODEC(a)	-	-	(260)	(607)	-	-	-	-	(867)
Em 31 de dezembro de 2024	46.238	199.944	397.509	810.090	74.008	404	18.300	44.920	1.591.413
Depreciação e exaustão acumulados									
Em 01 de janeiro de 2023	-	(23.255)	(74.639)	(278.655)	(22.834)	(291)	(10.444)	-	(410.118)
Depreciação e exaustão	-	(4.628)	(10.659)	(45.023)	(3.371)	(17)	(1.809)	-	(65.507)
Baixa de depreciação por alienação	-	-	930	2.592	-	111	149	-	3.782
AVP PRODEC(a)	-	-	154	358	-	-	-	-	512
Em 31 de dezembro de 2023	-	(27.883)	(84.214)	(320.728)	(26.205)	(197)	(12.104)	-	(471.331)
Depreciação e exaustão	-	(2.932)	(10.856)	(46.461)	(6.796)	(44)	(1.699)	-	(68.788)
Baixa de depreciação por alienação	-	-	-	-	1.278	-	100	-	1.378
AVP PRODEC(a)	-	-	162	379	-	-	-	-	541
Em 31 de dezembro de 2024	-	(30.815)	(94.908)	(366.810)	(31.723)	(241)	(13.703)	-	(538.200)
Valor contabil									
Em 31 de janeiro de 2023	46.068	176.689	312.677	457.144	19.343	2	5.242	30.085	1.047.220
Em 31 de dezembro de 2023	46.068	172.061	296.410	414.520	24.667	207	6.190	65.641	1.025.764
Em 31 de dezembro de 2024	46.238	169.129	302.601	443.280	42.285	163	4.597	44.920	1.053.213

(a) A Companhia é detentora de incentivo fiscal denominado PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, concedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, em que possui o direito à dilação do prazo de pagamento de parte do ICMS devido sobre receitas de vendas pelo período de 48 meses. Por se tratar de uma subvenção para investimento e tendo em vista que o ICMS a recolher é atualizado monetariamente por um índice de atualização monetária inferior às taxas de juros praticados no mercado, a Companhia apresenta o saldo de ICMS a recolher por seu valor presente no passivo circulante e não circulante, sendo que o ajuste a valor presente na data do fato gerador do ICMS é apresentado como redutora do ativo imobilizado. A referida provisão para ajuste a valor presente é apropriada ao resultado à medida que os bens do imobilizado são depreciados e a provisão para juros sobre o ICMS a recolher é reconhecida ao resultado à medida que o prazo da dilação de pagamento do imposto é transcorrido.

(b) Após a inauguração da Controlada em 2015, a administração optou pela interrupção (inicialmente) temporária da produção de clínquer na sua controladora. Desde então, alguns estudos foram conduzidos com o objetivo de encontrar a melhor solução para o seu ativo. Vários estudos foram realizados ao longo destes 08 anos, os quais não apresentaram resultados econômicos favoráveis a sua execução. Assim, a Administração estimou o valor dos seus ativos em R\$ 15MM, os quais foram reconhecidos em 2023.

Principais imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2024 havia um saldo aproximado de R\$ 13.000 em projetos em andamento, sendo 80% destinados à sustentação da operação e 20% a projetos de desenvolvimento.

Dentre os projetos de sustentação, R\$ 5.000 estão orçados como Carry Over para 2025, enquanto o saldo restante está em análise pela equipe de projetos para possível encerramento.

Os principais investimentos nesta categoria incluem:

- Aquisição de sistema de refrigeração e purificação de água (fire up) – R\$ 700 (industrial);
- Manutenção do rolo do moinho de cimento – R\$ 600 (industrial);
- Regularização fundiária – R\$ 1.000 (mina).

Já nos projetos de desenvolvimento, destaca-se a regularização fundiária da Fazenda Ilha, com um investimento de R\$ 3.800 (mina), em Carry Over.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Após a inauguração da Controlada em 2015, a Administração optou pela interrupção (inicialmente) temporária da produção de clínquer na sua controladora. Desde então, alguns estudos foram conduzidos com o objetivo de encontrar a melhor solução para as unidades geradoras de caixa (UGCs) utilizadas no processo produtivo do clínquer (edificações e máquinas e equipamentos). Vários estudos foram realizados ao longo destes 08 anos, os quais não apresentaram resultados econômicos favoráveis a sua execução. Assim, durante o ano de 2023, o Grupo testou o valor recuperável destas UGCs e reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável de R\$ 15.978.

As demais UGCs (além daquelas que tiveram impairment) foram testadas e não apresentaram indicadores de impairment para o ano 2023 e 2024.

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado, sendo que a Empresa e suas controladas não identificaram a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

13 Direito de uso e arrendamentos

	Controladora					
	Terrenos		Máquinas e Equipamentos		Veículos	Total
Ativo reconhecido em 31/12/2023 (*)	39	966	271	711	1.329	3.765
Adições	150	1.731	3.475	438	1.674	7.580
Baixas	(95)	(913)	(122)	-	(1.330)	(2.476)
Depreciação no período (*)	(94)	(527)	(1.155)	(1.149)	(418)	(3.752)
Saldo em 31/12/2024	-	1.257	2.469	-	1.255	5.117

	Controladora					
	Terrenos		Máquinas e Equipamentos		Veículos	Total
Ativo reconhecido em 31/12/2022 (*)	380	31	253	675	-	1.984
Adições	565	1.384	1.343	775	1.697	6.394
Baixas	(465)	(63)	-	-	-	(955)
Depreciação no período (*)	(441)	(386)	(1.325)	(739)	(368)	(3.658)
Saldo em 31/12/2023	39	966	271	711	1.329	3.765

(*) As vidas úteis definidas para depreciação são de aproximadamente 3 anos.

	Consolidado					
	Terrenos		Máquinas e Equipamentos		Veículos	Total
Ativo reconhecido em 31/12/2023	368	2.379	270	3.075	3.440	10.025
Adições	771	4.705	3.475	1.978	4.345	15.566
Baixas	(107)	(1.728)	(122)	(571)	(1.470)	(4.020)
Depreciação no período (*)	(579)	(980)	(1.155)	(3.705)	(2.967)	(9.920)
Saldo em 31/12/2024	453	4.376	2.468	777	3.348	11.651

	Consolidado					
	Terrenos		Máquinas e Equipamentos		Veículos	Total
Ativo reconhecido em 31/12/2022	463	943	253	2.878	3.053	8.297
Adições	991	2.843	1.342	3.415	4.466	13.705
Baixas	(542)	(63)	-	-	(1.709)	(2.742)
Depreciação no período (*)	(544)	(1.344)	(1.325)	(3.218)	(2.370)	(9.232)
Saldo em 31/12/2023	368	2.379	270	3.075	3.440	10.025

O passivo de arrendamento foi reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo.

As taxas utilizadas para o cálculo foram conforme tempo do arrendamento:

Tempo determinado de arrendamento	Percentual
Até um ano	14,38 % a.a
De um ano a três anos	14,77 % a.a
De três anos a cinco anos	14,26 % a.a

	31/12/2024	
	Controladora	Consolidado
Dívida reconhecida em 31/12/2023	4.458	11.531
Pagamentos parcela	(1.910)	(12.198)
Adição	4.065	15.566
Juros	(840)	(1.614)
Curto Prazo	2.714	6.247
Longo Prazo	3.059	7.038
Saldo 31 de dezembro de 2024	5.773	13.285

	31/12/2023	
	Controladora	Consolidado
Dívida reconhecida em 31/12/2022	2.410	9.318
Pagamentos parcela	(4.600)	(12.907)
Adição	7.339	16.710
Juros	(691)	(1.590)
Curto Prazo	2.441	8.282
Longo Prazo	2.017	3.249

Saldo 31 de dezembro de 2023	4.458	11.531
	Controladora	
Vencimento das parcelas	em R\$	Percentual
Um ano (2025)	2.441	42%
Dois anos (2026)	2.072	36%
Três anos (2027)	1.260	22%
	<u>5.773</u>	<u>100%</u>
	Consolidado	
Vencimento das parcelas	em R\$	Percentual
Um ano (2025)	5.973	45%
Dois anos (2026)	4.107	31%
Três anos (2027)	3.205	24%
	<u>13.285</u>	<u>100%</u>

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores nacionais	10.748	14.478	54.443	62.662
Fornecedores exterior	-	-	1.590	7.792
Partes relacionadas (nota 23)				
Exterior	157	188	408	26.302
Mercado interno	7.195	49.284	-	-
	<u>18.100</u>	<u>63.950</u>	<u>56.441</u>	<u>96.756</u>

15 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
Modalidade	2024	2023	2024	2023
Empréstimo	533.198	173.754	1.133.657	502.244
Custo com captação recurso	-	-	-	(302)
Encargos apropriados	6.770	1.335	11.235	5.015
Curto Prazo	292.276	70.376	539.061	210.462
Longo Prazo	247.692	104.713	605.831	296.495
Total	<u>539.968</u>	<u>175.089</u>	<u>1.144.892</u>	<u>506.957</u>

a. Abaixo apresentamos a abertura do saldo de empréstimos

				Controladora					
				Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Moeda	Encargos anuais	Vencimento Final	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Capital de giro	USD/EUR/R\$	DI	2030	285.506	69.041	247.692	104.713	533.198	173.754
Encargos apropriados				6.770	1.335	-	-	6.770	1.335
				<u>292.276</u>	<u>70.376</u>	<u>247.692</u>	<u>104.713</u>	<u>539.968</u>	<u>175.089</u>
Total				<u>292.276</u>	<u>70.376</u>	<u>247.692</u>	<u>104.713</u>	<u>539.968</u>	<u>175.089</u>

b. Empréstimos e financiamentos - Consolidado

				Consolidado					
				Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Moeda	Encargos anuais	Vencimento Final	2024	2023	2024	2023	2024	2023
EKF/ELO	R\$	CDI+1,35%	2025	-	20.050	-	10.025	-	30.075

Supremo Cimentos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023

Custo com captação				-	(288)	-	(14)	-	(302)
recurso				-	1.694	-	-	-	1.694
Encargos apropriados				-	21.456	-	10.011	-	31.467
Ativo Fixo	R\$	TJLP +3,54%	2029	16.957	13.035	58.139	54.311	75.096	67.346
Encargos apropriados				322	223	-	-	322	223
				17.279	13.258	58.139	54.311	75.418	67.569
Capital de giro	USD/EUR/R\$	Libor +1,25%	2024	510.868	172.361	547.692	232.173	1.058.560	404.534
Encargos apropriados				10.914	3.387	-	-	10.914	3.387
				521.782	175.748	547.692	232.173	1.069.474	407.921
Total				539.061	210.462	605.831	296.495	1.144.892	506.957

Em 16 de outubro de 2013, a sua Controlada celebrou contrato de financiamento de longo-prazo com o Eksportlaaneordningen (ELO) da agência de crédito à exportação da Dinamarca (EksportKreditFonden ou EKF), "Financiamento EKF/ELO", tendo o principal no valor de R\$ 200.500, contrato liquidado em julho de 2024.

Em 13 de fevereiro de 2019, a sua Controlada firmou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) no valor de R\$ 95.000, tendo o desembolso ocorrido ao longo de 2020, no montante total de R\$ 91.242. Estes fundos foram utilizados para suportar o plano de investimentos entretanto concluído. Trata-se de um financiamento com prazo de amortização de 10 anos, com 3 anos de carência, que permitiu, na época, o alongamento do prazo médio da dívida da companhia. Este financiamento está garantido por uma Stand by Letter of Credit do BBVA, por sua vez garantida pela Secil. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2024 é de 54.310 (R\$ 67.345 em 2023).

Em maio de 2024, a Controlada firmou um contrato de empréstimo através da linha de Finame para financiamento de bens moveis, no montante de R\$ 22.650, para o prazo de 6 anos com amortizações mensais. O saldo em 31 de dezembro é de R\$ 20.786.

Capital de giro

No segundo semestre de 2024 a Controlada contratou Empréstimo em reais no montante de R\$ 250.000 com vencimento *bullet* para 60 meses, com pagamento de juros semestral.

A Controlada possui emissão de debentures como parte de sua estratégia de captação de recursos para financiar suas atividades operacionais e projetos de expansão. As debentures emitidas são títulos de dívida que conferem aos seus titulares o direito de receber remuneração sob a forma de juros, amortização do principal e eventuais prêmios, conforme os termos especificados nos contratos de emissão.

As principais características das debentures em circulação em 2024 são as seguintes:

Quantidade emitida: 250.000

Valor nominal unitário: R\$ 1.000

Data emissão: 09/12/2024

Data vencimento: 13/12/2029

Remuneração: CDI + 2%

Forma de pagamento: vencimento *bullet* para 60 meses, com pagamento de juros semestral.

Durante o primeiro semestre de 2024 a Controlada contratou dois Empréstimos Externos sob a Lei nº 4131 no montante de EUR 19.256 (R\$103.167) e outro em USD 10.000 (R\$ 49.256) ambos com vencimento *bullet* para 12 meses e pagamento de juros trimestrais.

Durante o primeiro semestre de 2024 a Companhia contratou dois Empréstimos Externos sob a Lei nº 4131 no montante de EUR 18.549 (R\$100.000) e outro no segundo semestre uma linha externa de USD 5.000 (R\$ 30.475) ambos com vencimento e juros *bullet* para 12 meses.

No segundo semestre de 2024 a Controlada contratou Empréstimo Externo sob a Lei nº 4131 no montante de USD 40.000 (R\$242.860) com vencimento *bullet* para 60 meses, com pagamento de juros semestral, e esse contrato está designado para contabilização de hedge de fluxo de caixa.

O perfil dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024 é demonstrado a seguir:

Vencimento das parcelas	Controladora	Consolidado
Um ano (2025)	292.276	539.061
Dois anos (2026)	-	63.035
Três anos (2027)	-	13.035
Quatro anos (2028)	-	13.035
2029 em diante	247.692	516.726
	<u>539.968</u>	<u>1.144.892</u>

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2024:

Controladora				Juros Pagos		
Instituição	2023	Adições	Encargos	Amortização		2024

				Variação Cambial			
Capital Giro	175.089	373.335	11.778	60.422	(74.313)	(6.343)	539.968
	<u>175.089</u>	<u>373.335</u>	<u>11.778</u>	<u>60.422</u>	<u>(74.313)</u>	<u>(6.343)</u>	<u>539.968</u>

Consolidado

	2023	Adições	Encargos	Variação Cambial	Amortização	Juros Pagos	2024
Ativo Fixo	99.036	21.195	7.688	-	(43.032)	(9.673)	75.418
Capital Giro	407.921	726.240	34.652	116.655	(188.442)	(27.552)	1.069.474
	<u>506.957</u>	<u>747.435</u>	<u>42.340</u>	<u>116.655</u>	<u>(231.474)</u>	<u>(37.225)</u>	<u>1.144.892</u>

16 Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) (*)	4.828	4.243	4.828	4.243
Paraná Competitivo (**)	-	-	190.214	212.522
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	910	1.026	6.074	6.643
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	135	174	1.364	322
Programa de Integração Social (PIS)	25	38	289	70
Outros (ISS, IRRF, CSRF)	719	763	3.497	2.717
	<u>6.617</u>	<u>6.244</u>	<u>206.266</u>	<u>226.517</u>
Passivo circulante	3.535	3.296	33.497	42.000
Passivo não circulante	<u>3.082</u>	<u>2.948</u>	<u>172.769</u>	<u>184.517</u>

(*) O saldo refere-se a ICMS incremental, a recolher, oriundo do benefício fiscal PRODEC (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) que difere por 48 meses o prazo de pagamento do referido tributo, cujo pagamento iniciou em 10 de abril de 2014. O valor efetivo da dívida em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 4.828 (R\$ 4.243 em 2023).

(**) O saldo refere-se a ICMS a recolher relativo ao benefício fiscal do Paraná Competitivo que posterga o recolhimento do tributo para 96 meses, cuja postergação iniciou em agosto de 2015. O valor efetivo da dívida em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 190.214 (R\$ 212.522 em 2023).

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias e preferenciais. A quantidade total de ações ordinárias é de 15.970.234 e a quantidade de ações preferenciais é de 15.970.234 em 31 de dezembro de 2024, não houve qualquer alteração em relação a 31 de dezembro de 2023. O valor nominal é de R\$ 10,00 por ação.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 capital social subscrito e integralizado é de R\$ 319.405.

O acionista controlador é a Secil Brasil Participações S/A.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nessa rubrica a contrapartida do custo atribuído do ativo imobilizado registrado quando da adoção do CPCs/IFRS. Sua realização se dá na proporção da depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens do ativo imobilizado, que é registrada contra lucros acumulados.

c. Reserva de lucros

Nos termos do artigo 193 da Lei nº6.404/76 a Companhia deverá constituir reserva legal à razão de 5% do lucro líquido do exercício, após compensações com prejuízos acumulados, e o saldo da reserva não deverá exceder a 20% do capital social.

A Companhia não constituiu reserva legal em 31 de dezembro de 2024.

d. Distribuição de dividendos

O Estatuto Social prevê que, do lucro líquido apurado no exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados e constituição de reserva legal, será deliberada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas de 25%. Qualquer valor excedente mínimo obrigatório somente é provisionado quando for aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

e. Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ações é calculado mediante divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade de ações em circulação no final dos exercícios. Não há instrumentos de patrimônio que possam gerar a diluição do prejuízo por ação. Portanto, o prejuízo por ação básico é igual ao diluído.

	2024	2023
Lucro/Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	4.192	(22.582)

Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	31.940	31.940
Prejuízo básico por ações no final do exercício	<u>0,13</u>	<u>(0,71)</u>

18 Receitas de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita bruta de vendas	197.764	266.694	905.684	867.012
Venda de cimento	174.278	151.523	787.831	715.887
Revenda de cimento	11.891	11.473	11.891	13.578
Revenda de coque	-	-	3.646	25.319
Serviços de concretagem	10.981	102.569	100.742	109.903
Outros	614	1.129	1.574	2.325
Impostos incidentes sobre vendas e descontos	(48.180)	(48.128)	(211.651)	(198.291)
Receita operacional líquida	<u>149.584</u>	<u>218.566</u>	<u>694.033</u>	<u>668.721</u>

19 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Matéria-prima e materiais	(77.797)	(112.700)	(154.475)	(158.559)
Gastos com pessoal	(43.264)	(57.035)	(87.723)	(80.364)
Depreciação, amortização e exaustão	(2.929)	(6.415)	(68.788)	(65.507)
Impairment imobilizado	-	(15.978)	-	(15.978)
Direito de uso	(3.752)	(3.658)	(9.920)	(9.232)
Amortização e exaustão	(52)	(790)	(1.377)	(4.214)
Serviços profissionais de terceiros	(21.781)	(25.509)	(90.519)	(81.828)
Energia elétrica	(5.960)	(7.846)	(35.690)	(38.571)
Combustíveis e lubrificantes	(2.412)	(6.818)	(71.064)	(94.591)
Embalagens e armazenamento	(7.175)	(7.542)	(22.574)	(20.497)
Manutenção	(3.284)	(7.385)	(29.910)	(30.049)
Gastos corporativos	26.645	24.208	-	-
Aluguéis	(1.019)	(2.313)	(5.872)	(5.413)
Seguro patrimonial	(540)	(605)	(6.058)	(4.545)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(5.197)	(488)	(3.372)	2.089
	<u>(148.517)</u>	<u>(230.874)</u>	<u>587.342</u>	<u>(607.259)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo produtos vendidos	(117.520)	(205.796)	(460.991)	(500.182)
Despesas gerais e administrativas	(8.653)	(8.672)	(29.844)	(25.397)
Despesas comerciais	(23.692)	(23.388)	(97.180)	(88.230)
Perda por redução ao valor recuperável	(6)	(33)	(596)	(312)
Outras receitas/despesas, líquidas	1.354	7.015	1.269	6.862
	<u>(148.517)</u>	<u>(230.874)</u>	<u>587.342</u>	<u>(607.259)</u>

20 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Juros sobre empréstimos	(11.778)	(15.127)	(42.340)	(38.667)
Juros pagos a fornecedores	(87)	(47)	(239)	(76)
Marcação a mercado do swap líquida (*)	-	(39.598)	-	(62.579)
Variação cambial líquida	(60.422)	-	(116.655)	-
Provisão AVP Prodec	(731)	(528)	(731)	(528)
Atualização Paraná Competitivo	-	-	(9.211)	(10.450)
Tarifas Com Contratos Empréstimos	(4.131)	(1.396)	(7.242)	(2.883)
Desconto Concedido a Clientes	(123)	(487)	(885)	(717)
Juros e Multa sobre Tributos	(427)	(24)	(1.001)	(28)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Outras despesas financeiras	(2.387)	(1.237)	(10.688)	(9.136)
Despesas financeiras	(80.086)	(58.444)	(188.992)	(125.064)
Variação cambial líquida	-	15.950	-	23.696
Marcação a mercado do swap líquida (*)	47.233	-	79.559	-
Outras receitas financeiras	5.525	7.618	21.249	18.731
Receitas financeiras	52.758	23.568	100.808	42.427
Despesas financeiras, líquidas	(27.328)	(34.876)	(88.184)	(82.637)

(*) Valor referente ao resultado apurado pelas transações de instrumentos financeiros derivativos, conforme detalhado na nota explicativa 15.

21 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
AVP PRODEC (depreciação)	2.594	2.483	2.594	2.483
Outras diferenças diversas	14.379	13.790	14.379	13.790
Imparidade patrimonial	4.925	5.433	4.925	5.433
Hedge Accounting	3.209	-	3.209	-
Prejuízo fiscal	-	-	126.094	127.211
	25.107	21.706	151.201	148.917
Passivo				
AVP PRODEC (Dívida)	(430)	(322)	(430)	(322)
Custo atribuído	(3.135)	(3.135)	(102.561)	(90.331)
Diferenças temporárias sobre apuração (diferença entre depreciação fiscal e vida útil)	(6.348)	(7.191)	(65.774)	(67.299)
	(9.913)	(10.648)	(168.765)	(157.952)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	15.194	11.058	(17.564)	(9.035)

b. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	3.263	(30.065)	18.507	(21.175)
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social - %	34	34	34	34
Encargo fiscal pela alíquota nominal	1.109	(10.222)	6.292	(7.199)
Efeitos fiscais sobre adições e exclusões				
Equivalência patrimonial	(10.038)	(5.820)	-	-
Outras adições permanentes	19	10	1.656	(2.757)
Outras adições/exclusões	9.840	8.549	6.367	8.549
Imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado	930	7.483	(14.315)	(1.407)
Corrente	-	-	-	-
Diferido	930	7.483	(14.315)	(1.407)

Baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suportado por estudos técnicos preparados pela administração, foram constituídos impostos diferidos ativos e passivos sobre saldos acumulados de prejuízos fiscais na Controlada, bases negativas e diferenças temporárias. Com base na evolução da Controlada a administração iniciou em 2021 a utilização dos créditos diferidos, com a expectativa de que a realização integral ocorra até 2032.

22 Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a. Transações

	Controladora	
	2024	2023
Compras de matérias-primas e produtos acabados		
Margem Companhia de Mineração	44.799	57.825
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	790	385
	45.589	58.210

As vendas são realizadas com base na tabela de vendas vigente na data da transação com prazo médio de recebimento de 28 dias. Estas transações são realizadas sob termos e condições negociados entre as partes, o que poderiam ser

diferentes se realizados junto a terceiros.

b. Saldos do fim do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Outras contas a receber				
Margem Companhia de Mineração (i)	5.682	27.965	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	-	195	41	1.305
	<u>5.682</u>	<u>28.160</u>	<u>41</u>	<u>1.305</u>
Passivo				
Fornecedores				
Margem Companhia de Mineração	7.195	49.284	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	157	188	408	26.302
Outras contas a pagar				
Margem Companhia de Mineração	4.605	1.894	-	-
	<u>11.957</u>	<u>51.366</u>	<u>408</u>	<u>26.302</u>

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

A Companhia teve custos com remuneração aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 3.192 na controladora e consolidado (Em 2023 no montante de R\$ 2.402 na controlada e consolidado).

23 Provisão para litígios

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, e estão discutindo estas questões na esfera administrativa bem como judicial. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais para fazer frente à parte das obrigações. Para aquelas ações cujas probabilidades de perdas, com base na opinião dos seus advogados, foram consideradas prováveis, a administração reconheceu provisão para contingências conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contingências prováveis				
Cíveis	161	131	7.828	7.726
Trabalhistas	1.674	908	5.026	3.062
Previdenciário	378	378	378	378
Tributárias	179	179	5.531	5.531
	<u>2.392</u>	<u>1.596</u>	<u>18.763</u>	<u>16.697</u>

Movimentação das provisões na controladora

	Cíveis	Tributária	Trabalhista	Previdenciário	Total
Saldo em 01/01/2024	131	179	908	378	1.596
Constituição provisão	1.637	-	1.241	-	2.878
Reversão provisão	(1.578)	-	(221)	-	(1.799)
Pagamentos	(29)	-	(254)	-	(283)
Saldo em 31/12/2024	161	179	1.674	378	2.392

	Cíveis	Tributária	Trabalhista	Previdenciário	Total
Saldo em 01/01/2023	151	179	736	378	1.444
Constituição provisão	-	-	495	-	495
Reversão provisão	-	-	-	-	-
Pagamentos	(20)	-	(323)	-	(343)
Saldo em 31/12/2023	131	179	908	378	1.596

Movimentação das provisões no consolidado

	Cíveis	Tributária	Trabalhista	Previdenciário	Total
Saldo em 01/01/2024	7.726	5.532	3.062	378	16.697
Constituição provisão	1.805	-	3.316	-	5.121
Reversão provisão	(1.674)	-	(1.098)	-	(2.772)
Pagamentos	(29)	-	(254)	-	(283)

Saldo em 31/12/2024	7.827	5.532	5.025	378	18.763
	Cíveis	Tributária	Trabalhista	Previdenciário	Total
Saldo em 01/01/2023	7.746	4.646	1.376	378	14.146
Constituição provisão	-	886	3.656	-	4.542
Reversão provisão	-	-	(1.647)	-	(1.647)
Pagamentos	(20)	-	(323)	-	(343)
Saldo em 31/12/2023	7.726	5.532	3.062	378	16.697

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

Contingências trabalhistas - estão relacionadas às reclamações movidas por ex-empregados do Grupo relativo a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos. O valor do depósito judicial (R\$ 378, saldo em 31 de dezembro de 2024 e R\$378 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a mandado de segurança impetrado pela Controladora questionando o valor da alíquota do Fator Acidentário Previdenciário (FAT). Os depósitos judiciais estão apresentados no balanço na rubrica outros créditos a receber no ativo não circulante. Contingências cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações sobre danos materiais e/ou morais. Além das causas acima mencionadas, a Companhia também é ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível. Para aquelas ações cujos riscos de perdas foram avaliados como possíveis, a Companhia não constituiu provisão para contingências. A posição das contingências possíveis pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contingências possíveis				
Cíveis	10	51	51	678
Tributário	471	-	11.822	7.000
Trabalhistas	416	604	1.398	2.676
	<u>897</u>	<u>655</u>	<u>13.271</u>	<u>10.354</u>

25 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

(i) Controladora

		2024			2023	
	Nota	Valor justo Instrumentos derivativos	Mensurados ao custo amortizado	Outros ativos/passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos financeiros						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	25f(i)	34.993	-	-	34.993	-
Passivos financeiros						
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	25 f(i)	5.459	-	-	5.459	27.197
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	7	-	255	-	255	1.190
Aplicações financeiras	7	-	279.889	-	279.889	17.309
Contas a receber de clientes	8	-	4.387	-	4.387	11.749
Outras contas a receber	-	-	675	-	675	813
Partes relacionadas	16	-	5.682	-	5.682	28.160
Passivos financeiros						
Fornecedores	13	-	-	18.100	18.100	63.950
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	539.968	539.968	175.089
Outras contas a pagar	-	-	-	6.075	6.075	3.255
Passivos de arrendamento	16	-	-	5.773	5.773	4.458

(ii) Consolidado

2024			2023
Valor justo	Mensurados	Outros passivos	

Supremo Cimentos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota	Instrumentos derivativos	ao custo amortizado	financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Passivos financeiros						
Ativos/Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	25 f(i)	72.976	-	-	72.976	(38.618)
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	7	-	920	-	920	1.354
Aplicações financeiras	7	-	566.696	-	566.696	70.656
Contas a receber de clientes	8	-	41.125	-	41.125	43.490
Outras contas a receber		-	6.611	-	6.611	8.157
Partes Relacionadas		-	41	-	41	1.407
Passivos financeiros						
Fornecedores	13	-	-	56.441	56.441	96.756
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.144.892	1.144.892	506.957
Outras contas a pagar		-	-	6.133	6.133	7.282
Passivos de arrendamento	16	-	-	13.285	13.285	11.531

2024									
Controladora									
Banco	Objeto Proteção	Moeda	Notional BRL	Valor em moeda estrangeira	Valor Justo	Alteração no valor Instrumento de hedge reconhecidas em ORA (**)	Ganho (Perda)	Pagamentos	Recebimentos
Capital Giro	Empréstimos	USD	(433.254)	(76.144)	14.286	(9.433)	50.891	(15.542)	-
Capital Giro	Empréstimos	EUR	(130.474)	(23.549)	15.249	-	17.622	-	-
Capital Giro (*)	Empréstimos	USD	(63.605)	(10.000)	-	-	(1.093)	(4.645)	-
			<u>(384.473)</u>	<u>(69.693)</u>	<u>29.535</u>	<u>(9.433)</u>	<u>67.420</u>	<u>(20.187)</u>	<u>-</u>

(*) Contratos liquidados em durante 2024, portanto, sem valor justo em 31 de dezembro de 2024.

(**) Sobre a atualização do instrumento de hedge reconhecido em ORA, houve tributação diferida de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 3.209, conforme nota explicativa 21. Portanto o valor líquido demonstrado na DRA é de R\$ 6.226.

2023									
Controladora									
Banco	Objeto Proteção	Moeda	Notional BRL	Valor em moeda estrangeira	Valor Justo	Ganho (Perda)	Pagamentos	Recebimentos	
Capital Giro	Empréstimos	USD	(190.394)	(36.144)	(21.670)	(28.976)	(26.599)	-	-
Capital Giro	Empréstimos	EUR	(63.605)	(10.000)	(5.527)	(6.907)	(17.944)	-	-
Capital Giro (*)	Empréstimos	EUR	<u>(93.745)</u>	<u>(15.000)</u>	<u>-</u>	<u>(3.715)</u>	<u>(1.701)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(347.744)	(61.144)	(27.197)	(39.598)	(46.244)	-
-----------	----------	----------	----------	----------	---

(*) Contratos liquidados em durante 2024, portanto, sem valor justo em 31 de dezembro de 2023.

			2024						
			Consolidado						
Banco	Objeto Proteção	Moeda	Notional BRL	Valor em moeda estrangeira	Valor Justo	Alteração no valor Instrumento de hedge reconhecidas em ORA (**)	Ganho (Perda)	Pagamentos	Recebimentos
Capital Giro	Empréstimos	USD	9562.809	(102.144)	42.664	(9.433)	78.598	(25.064)	0
Capital Giro	Empréstimos	EUR	(184.174)	(33.549)	24.853	-	27.167	(2.570)	0
Capital Giro (*)	Empréstimos	USD	(168.572)	(29.256)	-	-	3.455	(7.654)	5.627
			(746.983)	(135.693)	67.517	(9.433)	109.220	(35.288)	5.627

(*) Contratos liquidados em durante 2024, portanto, sem valor justo em 31 de dezembro de 2024

(**) Sobre a atualização do instrumento de hedge reconhecido em ORA, houve tributação diferida de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 3.209, conforme nota explicativa 21. Portanto o valor líquido demonstrado na DRA é de R\$ 6.226.

			2023					
			Consolidado					
Banco	Objeto Proteção	Moeda	Notional BRL	Valor em moeda estrangeira	Valor Justo	Ganho (Perda)	Pagamentos	Recebimentos
Capital Giro	Empréstimos	USD	(280.530)	(39.144)	(30.521)	(42.744)	(36.268)	-
Capital Giro	Empréstimos	EUR	(168.572)	(29.256)	(8.097)	(15.586)	(24.029)	-
Capital Giro (*)	Empréstimos	EUR	(125.317)	(21.000)	-	(4.249)	(2.235)	-
			(574.419)	(99.400)	(38.618)	(62.579)	(62.532)	-

(*) Contratos liquidados em durante 2024, portanto, sem valor justo em 31 de dezembro de 2023.

b. Mensuração do valor justo

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa 6.

c. Gerenciamento de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles e para monitorar riscos e aderência aos limites. Essas políticas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, o gerenciamento de capital e a exposição a cada um dos riscos supramencionados. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras da Companhia.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de aplicações financeiras.

(i) Aplicações financeira

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações atualizadas pela taxa CDI. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas

em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Não se espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(ii) Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. A administração da Companhia gerencia o risco de crédito através de análises da razoabilidade dos limites de créditos atribuídos aos seus clientes, o que leva em conta a análise da situação econômico e financeira dos mesmos e o histórico de inadimplência.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades de cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, sem causar perdas inaceitáveis ou riscos de prejuízo à reputação da Companhia.

A administração da Companhia gerencia o risco de liquidez através de monitoramento do fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, buscando quando necessário, alternativas para obtenção de recursos financeiros junto aos acionistas ou através de recursos de terceiros. A fim de equacionar a situação de capital circulante líquido negativo, a administração vem negociando o alongamento do perfil da dívida junto a instituições financeiras.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

Supremo Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora				
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	18.100	-	-	18.100
Empréstimos e financiamentos	292.276	-	247.692	539.968
Outras contas a pagar	6.075	-	-	6.075
	<u>316.451</u>	<u>-</u>	<u>247.692</u>	<u>564.143</u>
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	63.950	-	-	63.950
Empréstimos e financiamentos	70.376	104.713	-	175.089
Outras contas a pagar	3.255	-	-	3.255
	<u>137.581</u>	<u>104.713</u>	<u>-</u>	<u>242.294</u>
Consolidado				
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	56.441	-	-	56.441
Empréstimos e financiamentos	539.061	76.070	529.761	1.144.892
Outras contas a pagar	6.133	54	-	6.187
	<u>601.635</u>	<u>76.124</u>	<u>529.761</u>	<u>1.207.520</u>
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	96.756	-	-	96.756
Empréstimos e financiamentos	210.462	268.256	28.239	506.957
Outras contas a pagar	7.732	50	-	7.782
	<u>314.950</u>	<u>268.306</u>	<u>28.239</u>	<u>611.495</u>

f. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, influenciem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar e controlar as exposições desses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

(i) Risco cambial

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras de produtos para revendas denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, em sua grande maioria o real (R\$), mas também em dólares americanos (USD) e euros (EUR).

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela administração.

No mesmo ato, e em conformidade com essa Lei e obrigações do Banco Central do Brasil, que determina que os financiamentos sejam coberto via instrumento de hedge perfeito, esse financiamento foi integralmente cobertos via swap cambial e de taxa de juro do euro (Euribor).

No final de cada mês, a Companhia e a sua Controlada atualizam o valor dos empréstimos de USD/EUR para BRL em função da taxa da marcação a mercado deste swap, registrando o seu valor justo (i) quando positivo, no ativo na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos ativos" (ii) quando negativo, no passivo, na rubrica "Instrumentos financeiros passivos".

A Companhia possui Swap de taxa de juros para a proteção dos seus empréstimos no montante de R\$ 29.535 (valor líquido) no qual reduz o montante efetivo a pagar da dívida. A sua Controlada também possui Swap de taxa de juros para proteção para a proteção cambial dos seus financiamentos no motante de R\$ 37.983 classificado no ativo circulante.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e sua controlada estão expostas à taxas de juros variáveis. A Administração monitora periodicamente o desempenho das taxas de juros a fim de tomar decisões visando proteger o seu fluxo de caixa. A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando proteger-se contra oscilações nas taxas de juros.

Na data das demonstrações financeiras consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia, remunerados por juros com taxas variáveis, era composto por:

Supremo Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Valor contábil				
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras (CDB)	279.889	17.309	566.696	70.656
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (CDI)	(539.968)	(175.089)	(1.069.796)	(439.612)
Empréstimos e financiamentos (TJLP)	-	-	(75.096)	(67.345)
	<u>(260.079)</u>	<u>(157.780)</u>	<u>(578.196)</u>	<u>(436.301)</u>

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez atrelados à variação de 60% a 103% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

g. Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do acionista, credor e mercado e garantir a continuidade do desenvolvimento futuro do negócio. Adota-se como prática, uma posição de capital equilibrada e segura, mantendo níveis de empréstimos necessários com posições de aplicação que combinem retorno satisfatório e baixo risco. A administração monitora a gestão de capital através de análises de índices de alavancagem financeira, e quando necessário, realiza negociações com instituições financeiras para promover o alongamento do perfil da dívida e junto aos acionistas para obter incrementos de capital social.

	Controladora	
	2024	2023
Total dos empréstimos (Nota 15)	533.198	173.754
Total dos arrendamentos mercantis (Nota 16)	5.773	4.458
Total instrumentos derivativos (Nota 25)	(34.993)	27.197
Menos caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(280.144)</u>	<u>(18.499)</u>
Dívida líquida	<u>223.834</u>	<u>186.910</u>
Total do patrimônio líquido	<u>394.978</u>	<u>397.014</u>
Total do capital	<u>618.812</u>	<u>583.924</u>
Índice de alavancagem financeira - %	36	32
	Consolidado	
	2024	2023
Total dos empréstimos (Nota 15)	1.133.657	502.244
Total dos arrendamentos mercantis (Nota 16)	13.285	11.531
Total instrumentos derivativos (Nota 25)	(72.976)	38.618
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(567.616)</u>	<u>(72.010)</u>
Dívida líquida	<u>506.350</u>	<u>480.383</u>
Total do patrimônio líquido	<u>394.978</u>	<u>397.014</u>
Total do capital	<u>901.328</u>	<u>887.397</u>
Índice de alavancagem financeira - %	56	54

(i) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade da companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional da companhia, atreladas ao CDI e IPCA.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, apresentamos a análise de sensibilidade aos riscos relacionados às taxas de juros. A Companhia considerou dois cenários distintos para avaliar o impacto das variações dessas taxas: o Cenário 1 prevê um horizonte de elevação das taxas de juros, e o Cenário 2 projeta um horizonte de redução. Para realização do cálculo, foram consideradas como referências as taxas de fechamento em 31 de dezembro de 2024, com base em um modelo de dispersão, que considera não apenas as variações históricas das taxas de juros, mas também projeções detalhadas da administração.

Essa abordagem permite uma avaliação abrangente e precisa dos potenciais impactos econômicos decorrentes de oscilações nas taxas de juros.:

Juros	Taxas de juros	Cenário I	Cenário II
-------	----------------	-----------	------------

Supremo Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CDI	12,15%	14,65%	9,65%
IPCA	4,83%	5,60%	4,27%

Controladora				
Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I	Cenário II
Financiamentos e empréstimos	CDI	539.968	619.073	592.074
Consolidado				
Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I	Cenário II
Financiamentos e empréstimos	CDI	1.069.796	1.226.521	1.173.031
Financiamentos e empréstimos	IPCA	75.096	79.301	78.302

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta principalmente à variação cambial do Dólar norte-americano e Euro. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da companhia ao aumento e à redução ou aumento de 25% ou 50% no Real em relação a essa moeda estrangeira.

Controladora

	Notional Ativo / Passivo		Posição em 31/12/2024	Referência	Provável	Cenários			
	BRL	ME				25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos a taxas de juros pós-fixadas									
Swap de taxa de juros									
Empréstimos em moeda estrangeira									
US\$ para R\$	(433.254)	(76.144)	(381.625)	USD 6,0000	(438.893)	(548.617)	(658.340)	(329.170)	(219.447)
EUR para R\$	(130.474)	(23.549)	(151.570)	EUR 6,2364	(146.863)	(183.579)	(220.295)	(110.147)	(73.432)
CDI com Swap	563.728	N/A	562.729	CDI 14,65%	549.955	687.444	824.933	412.466	274.978
Exposição líquida			29.534		(35.801)	(44.752)	(53.702)	(26.851)	(17.901)

Consolidado

	Notional Ativo / Passivo		Posição em 31/12/2024	Referência	Provável	Cenários			
	BRL	ME				25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos a taxas de juros pós-fixadas									
Swap de taxa de juros									
Empréstimos em moeda estrangeira									
US\$ para R\$	(562.809)	(102.144)	(537.815)	USD 6,0000	(618.522)	(773.152)	(927.783)	(463.891)	(309.261)
EUR para R\$	(184.174)	(33.549)	(216.617)	EUR 6,2364	(209.890)	(262.363)	(314.835)	(157.418)	(104.945)
CDI com Swap	746.983	N/A	821.948	CDI 14,65%	803.290	1.004.112	1.204.935	602.467	401.645
Exposição líquida			67.516		(25.122)	(31.403)	(37.683)	(18.842)	(12.561)

(*) O cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar americano e a taxa de juros CDI do Banco Central do Brasil (baseado na taxa SELIC) na data-base de 31/12/2024. Os demais riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros. A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

26 Transações que não afetaram a caixa

Durante o período de 2024, o Grupo realizou as seguintes transações que não afetaram o caixa, mas que tiveram impacto relevante para a compreensão da posição financeira e do desempenho da Companhia:

Aquisição de Ativos a Prazo:

A sua controladora adquiriu ativos imobilizados para melhorias no seu parque fabril, e equipamentos de transportes (caminhões betoneiras) no valor de R\$ 8.625 (oito milhões e seiscentos setenta e cinco mil reais) em 2024, com pagamento a ser realizado em 45 dias. Esta transação não gerou impacto na caixa no período, mas será refletida nas futuras saídas de caixa conforme os pagamentos efetuados.

Financiamentos ativos fixo:

Supremo Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A sua controladora firmou contratos de financiamentos no montante R\$ 21.195 (vinte e um milhões e cento e noventa cinco mil reais) em 2024, os quais não tiveram movimentação em caixa, para aquisição de equipamentos de transportes (caminhões betoneiras) para o segmento concreto.

Arrendamentos mercantis:

O Grupo firmou novos contratos de arrendamento, gerando uma adição de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento no valor de R\$ 15.566 em 2024, esta transação não gerou impacto na caixa no período, mas será refletida nas futuras saídas de caixa conforme os pagamentos efetuados.

27 Cobertura de seguros

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante Contratado
Edificações	Incêndio/raio/explosão/ danos elétricos/vendaval/fumaça/ desmoronamento	507
Equipamentos de transporte e veículos pequeno porte	Incêndio/roubo/colisões	37
		<u>544</u>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Otmar Hübscher Presidente	Carlos Manuel Guimarães Correia de Barros Conselheiro
Gian Lorenz Raffainer Conselheiro	

DIRETORIA

Paulo de Andrade Nascentes da Silva Diretor Presidente	Carlos Henrique de Souza Diretor Financeiro
Rodrigo de Oliveira Brito Diretor Comercial	Fabio Krzyzanowski Diretor de Operações

Contador

Suzan Fernanda Humm Brehmer CRC SC 42221/O-2

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes estão a disposição dos acionistas, de forma integral, na sede da Companhia.

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas refere-se as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas integral e não as Demonstrações Financeiras Condensadas.